



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638680 - SP (2021/0001528-6)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : JOAO CARLOS PEREIRA FILHO  
**ADVOGADO** : JOAO CARLOS PEREIRA FILHO - SP249729  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALAN VIEIRA DE ASSIS PEREIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : LEONARDO SANTOS DO NASCIMENTO (PRESO)  
**PACIENTE** : ANDREI MATHEUS SOUZA SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALAN VIEIRA DE ASSIS PEREIRA, LEONARDO SANTOS DO NASCIMENTO e ANDREI MATHEUS SOUZA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0014619-42.2012.8.26.0477).

Os pacientes foram condenados, em acórdão já transitado em julgado, às penas de 22 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado e de 10 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 3º, parte final, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reformou indevidamente a sentença absolutória de primeiro grau para condenar os pacientes com base nas provas produzidas exclusivamente na fase inquisitorial, em afronta ao que dispõe o art. 155 do CPP.

Requer, liminarmente, a suspensão do cumprimento das penas impostas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aos pacientes. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja cassado o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A parte impetrante maneja o *writ* para reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já transitado em julgado.

Evidencia-se, portanto, que o pedido formulado consubstancia substitutivo de revisão criminal, a despeito de não ter sido inaugurada a competência do STJ. Isso

porque, nos termos do art. 105, I, e, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, originariamente, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados".

Confirmam-se precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça que tratam da questão, *mutatis mutandis*:

*HABEAS CORPUS*. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRÂNSITO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU INDEFESO EM PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, 'e', da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido [...].

5. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 288.978/SP, relator para o acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 21/5/2018.) AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE.

PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 494.794/MA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 11/4/2019.)

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO.

DOSIMETRIA DE PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. QUANTUM DE AUMENTO.

DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006.

INAPLICABILIDADE. CONDENAÇÃO PELO ART. 35 DA LEI DE DROGAS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO.

INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO *MANDAMUS*. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...] 4. Tratando-se de impetração que se destina a atacar acórdão proferido em sede de apelação criminal, já transitado em julgado, contra o qual seria cabível a interposição de revisão criminal, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento. (...) Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/5/2019.) PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE

RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. DESACATO. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO, EXCLUSÃO DA REINCIDÊNCIA, FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MATÉRIAS NÃO APRECIADA E DECIDIDA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...] IV - O exame das alegações do impetrante se mostra processualmente inviável, uma vez que transmuta o habeas corpus em sucedâneo de revisão criminal, já que transitada em julgado a condenação, configurando, assim, usurpação da competência do Tribunal de origem, nos termos dos arts. 105, I, "e" e 108, I, "b", ambos da Constituição Federal. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 540.161/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 17/12/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente